

LEI Nº 1.500, DE 31 DE AGOSTO DE 1984.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

~~DISPÕE SOBRE A CONTAGEM
RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO
PÚBLICO MUNICIPAL E DE ATIVIDADE
PRIVADA, PARA EFEITO DE
APOSENTADORIA.~~

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, ~~PREFEITO MUNICIPAL~~, sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º - Os funcionários públicos municipais que houverem completado cinco (5) anos de efetivo exercício terão computado, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsório, na forma da legislação deste Município, o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei Federal nº 3.807, de 26/08/60 e legislação complementar subsequente, desde que sejam atendidos os requisitos das Leis Federais nº. 6.226, de 14/07/75 e 6.864, de 01/12/80.~~

~~Art. 2º - O tempo de serviço de atividades vinculadas ao regime de Previdência Social Urbana, para os fins previstos nesta lei, será comprovado de acordo com a legislação federal pertinente.~~

~~Art. 3º - Não será admitida a contagem de tempo de serviço em uma ou em outras condições especiais.~~

~~Art. 4º - É vedada a acumulação do tempo de atividade privada com a de serviço público municipal, quando forem concomitantes.~~

~~Art. 5º - Não será contado, para os fins previstos nesta Lei, tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de outra aposentadoria, por qualquer sistema.~~

~~Art. 6º - A aposentadoria por tempo de serviço, com aproveitamento da contagem recíproca, autorizada por esta Lei, e pelas leis federais 6.226/75 e 6.864/80, somente será concedida ao funcionário deste Município que contar ou venha a completar trinta e cinco (35) anos de serviço, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Constituição Federal acerca de redução para trinta (30) anos de serviço, se mulher, e para vinte e cinco (25) anos, se ex-combatente.~~

~~Parágrafo Único - Se a soma dos tempos de serviços ultrapassar os limites previstos neste artigo, o excesso não será considerado para esse efeito.~~

~~Art. 7º - As aposentadorias de que trata a presente Lei, resultantes da contagem recíproca, serão concedidas e pagas pela Municipalidade, se o aproveitamento for feito por funcionário municipal, e pela Previdência Social Urbana, na forma das Leis próprias, se for segurado da Previdência Social Urbana.~~

~~Parágrafo Único - O ônus financeiro decorrente desta Lei, caberá a Prefeitura Municipal, nos aproveitamentos feitos pelos funcionários municipais e pelos cofres da~~

~~Previdência Social Urbana, de acordo com a legislação pertinente, nos aproveitamentos feitos por segurados da Previdência Social Urbana;~~

~~**Art. 8º** - A contagem de tempo de serviço prevista nesta Lei, não se aplica às aposentadorias já concedidas antes de sua vigência.~~

~~**Art. 9º** - Esta Lei entrará em vigor em na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 31 de agosto de 1984.~~

~~**DJALMA MONTEIRO DA SILVA**
Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.